



# REFLEXOS DE CARACTERÍSTICAS SOCIAIS NOS SALÁRIOS E FINANÇAS PESSOAIS: UMA PESQUISA NO GOOGLE FORMS

*REFLECTIONS OF SOCIAL CHARACTERISTICS ON WAGES AND PERSONAL FINANCES: A GOOGLE FORMS SEARCH*

**Athirson dos Santos Correia**

Faculdade Amadeus, Aracaju, CE, Brasil

**Lucas Silva Pedrosa**

Faculdade Amadeus, Aracaju, CE, Brasil

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v11i1.1111>    Recebido em: 29.11.2022    Aceito em: 02.01.2023

---

**Resumo:** Este artigo tem a finalidade de demonstrar resultados da pesquisa realizada de natureza quantitativa e qualitativa, utilizada através da coleta de dados por meio do questionário criado em plataforma digital no Google Forms com questões que abordam diversos temas sobre educação financeira como os conceitos, impactos que podem ser causados pelo nível de conhecimento e gestão do patrimônio, fatores que influenciam os consumidores. A partir dos dados analisados da pesquisa, foi possível mensurar e traçar pontos sobre a educação financeira os quais nos fazem concluir que a educação financeira dos respondentes pode ter sido afetada com base nos conhecimentos que obtiveram sobre finanças/economia, ao ponto de afetar a vida cotidiana e/ou profissional de diversas formas, seja pelo controle de gastos e despesas ou maiores salários e patrimônio. Dentre os principais resultados desta pesquisa, destacam-se as correlações encontradas entre gênero/estado civil/grau de instrução e salários/patrimônio/dívidas dos entrevistados.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Finanças; Gestão.

**Abstract:** This article aims to demonstrate the results of research carried out of a quantitative and qualitative nature, used through the collection of data through the questionnaire created on a digital platform with questions that address various topics on financial education such as concepts, impacts that can be caused by level of knowledge and asset management, factors that influence consumers. From the data analysed in the research, it was possible to measure and draw points about financial education, which lead us to conclude that the financial education of the respondents may have been affected based on the knowledge they obtained about finance/economics, to the point of affecting their lives. Every day and/or professional life in different ways, either by controlling spending and expenses or higher wages and assets. Among the main results of this research, the correlations found between gender/marital status/level of education and wages/assets/debts of the interviewees stand out among the main results of this research, the correlations found between gender/marital status/education level and salaries/patrimony/debts of the interviewees stand out.

**Keywords:** Financial Education; Finance; Management.

## Introdução

O controle das finanças pessoais tem sido um desafio, principalmente para as classes menos favorecidas economicamente da população, gerando uma disparidade socioeconômica.

O avanço para a análise das finanças começa a progredir nos meados de 1950 com a mudança de conceitos e evolução das finanças, que possuía em grande parte a literatura com ênfase descritiva e detalhada no conteúdo institucional. Outrossim, segundo McLean, Jones e Mead (2007), as finanças começaram a surgir como um campo de estudo muito antes, por volta do início do século XX. No período era um ramo aplicado da economia institucional pesquisado e praticado por economistas.

A comunidade em geral enfrenta um desafio significativo: a carência de instrução financeira básica. Segundo dados do PORTAL G1 (2019), um estudo recente realizado pela S&P Rating Services revelou que o Brasil ocupa atualmente a 74ª posição em um ranking composto por 144 países, no que diz respeito à alfabetização financeira. É preocupante constatar que estamos atrás até mesmo de nações menos privilegiadas nesse aspecto.

Pesquisas recentes conduzidas por Mitchell e Lusardi (2021) têm revelado um cenário preocupante: o aumento significativo do endividamento na terceira idade. Ao chegarem a essa fase da vida, muitas pessoas se veem carregando um fardo financeiro cada vez maior, fruto da ausência de um planejamento adequado para a aposentadoria. O impacto disso, por sua vez, se estende para além do âmbito pessoal, afetando toda a economia. A falta de habilidades financeiras entre os líderes políticos, que não foram devidamente instruídos nos fundamentos da educação financeira, agrava ainda mais o quadro.

Para Pires (2006, p. 12):

Os muito ricos podem dispor de serviços profissionais tão sofisticados quanto os utilizados por empresas; os demais devem se contentar com dicas e conselhos tópicos, tomando decisões financeiras sem estarem suficientemente conscientes da lógica que rege o mundo das finanças.

Nesse contexto, surge uma preocupação legítima: como esperar que esses líderes, desprovidos de conhecimentos básicos sobre finanças, possam gerir de forma eficiente os recursos públicos? A resposta se torna ainda mais nebulosa diante das dívidas acumuladas por profissionais em geral, desde um simples comerciante até outros setores, que formam uma montanha de obrigações financeiras dificilmente administrável.

Tendo em vista o conceito de Pires (2006), pode-se imaginar que programas que visam aumentar o nível de compreensão econômica e financeira do brasileiro possam vir a ter efeitos positivos no crescimento e na riqueza do povo. Um exemplo claro da necessidade de implantação de ideias de educação financeira pode ser conferido mediante o programa lançado pelo Banco Central em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Programa Aprender Valor nas escolas públicas brasileiras, que segundo seus formuladores, tem o objetivo de despertar as habilidades de gestão financeira e integralização das crianças ao cotidiano.

Com as orientações do MEC, a educação financeira começou a ganhar abrangência e com isso foi retratada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo a entrada da educação financeira ao currículo escolar foi vista como fundamental. Crê-se que conceitos básicos

de economia e finanças precisam ser ensinados, de modo que poderá orientar os estudantes a despertar consciência crítica a saúde financeira pessoal e coletiva.

A educação financeira é voltada para a compreensão do quão relevante pode se tornar o controle de gastos, planejamento, responsabilidade da alocação dos recursos e consciência nas decisões do consumo. Por isso é de suma importância a atenção voltada para esse tema que possui benefícios inumerados e que podem ser reutilizados durante todo percurso pessoal ou profissional (SILVEIRA et al., 2020).

A BNCC (BRASIL, 2018) consiste em uma base para agregar diversos temas e disciplinas à educação brasileira que há muito tempo está sem uma atualização considerável. A implementação do documento consiste em quebrar a educação monótona e aplicar a educação mais interativa e inclusiva, dessa forma o aluno está mais imerso e desenvolverá mais habilidades técnicas e científicas com referência à atualidade e temas que foram esquecidos como a economia e finanças pessoais.

Ao redor do mundo, encontramos a presença da educação financeira e econômica na base curricular comum dos estudantes. Com fulcro em Saito et al. (2006), os EUA oferecem educação financeira nas escolas de ensino fundamental, nas instituições públicas como o *Federal Reserve* e a *National Endowment for Financial Education* (NEFE). Eles destacam que 98% dos bancos estão engajados direta ou indiretamente, e que 72% destes bancos capacitam os jovens, eles salientam que no ano de 1985, 60% dos 50 Estados Norte Americanos adotaram a educação financeira como conteúdo obrigatório nas escolas secundárias.

Para a OCDE (2017) “As finanças já fazem parte do dia a dia dos Jovens. Elas são consumidores de compras online e serviços financeiros, como conta bancárias e serviços bancários online”.

Os motivos para o endividamento das famílias são multifacetados, indo além de questões como emprego, renda, estabilidade financeira, classe social, número de membros da família ou distribuição de renda. Há uma série de fatores que contribuem para esse cenário, incluindo os hábitos de consumo da população, a disseminação do crédito, o surgimento de novos métodos de pagamento e a cultura voltada para o consumo que permeia a sociedade contemporânea (MEDEIROS; MEDEIROS, 2021).

É amplamente reconhecido que a sociedade brasileira carece de uma cultura voltada para a educação financeira. Essa lacuna é agravada pela complexidade decorrente das constantes mudanças tecnológicas, regulatórias e, principalmente, econômicas. Nesse contexto, compartilhar conhecimentos e buscar atualizações tem um impacto direto e positivo nas decisões tomadas pela população (MEDEIROS; MEDEIROS, 2021).

É notório crescimento das informações e tecnologias em todos os âmbitos, principalmente na perspectiva econômica e financeira como as *fintechs* – termo utilizado para empresas que visam a inovação na área financeira – e os *openbanking* – sistema que interliga informações com outras instituições bancárias (SOARES, 2020).

Deste modo, a educação deve desenvolver os jovens alunos para que permaneçam progredindo e sendo críticos, sensatos, que participem efetivamente, acompanhando as mudanças que ocorrem na sociedade e colaborando na solução dos problemas de modo que sejam competentes e utilizem os conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos durante o processo (KUENZER, 2000).

Para Carraro, Rodrigues e Allgaier (2022), durante o período de isolamento social, ocorreram diversas mudanças nas rotinas, e uma das mais impactantes para muitas famílias é a questão financeira. Com empresas enfrentando dificuldades financeiras e reduzindo ou suspendendo recursos para seus funcionários, autônomos e profissionais informais ficam sem fonte de renda. Surgiu, portanto, a urgente necessidade de reavaliar nossos gastos domésticos. Porém, ainda de acordo com o autor, a mudança necessária não se resumiria apenas à forma se gasta, mas também ao gerenciamento dos recursos e ao uso consciente do dinheiro que temos. Para isso, é essencial ter em mente que o controle financeiro é fundamental.

Essa pesquisa possui como objetivo mensurar e compreender os reflexos da educação financeira sobre os salários e finanças pessoais em uma gama aleatória de pessoas. Além disto, também se pretende descrever como a educação financeira impacta as finanças pessoais; saber quais seus efeitos na produtividade/remuneração no trabalho; encontrar *gaps* de aprendizado financeiro; e formular hipóteses de reflexos do aprendizado de finanças no comportamento profissional e pessoal.

Por fim, salienta-se que esse trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução, a segunda seção faz uma revisão da literatura; a terceira mostra a metodologia; a quarta possui os resultados e discussões; e na quinta e última estão contidas as considerações.

## Metodologia

Esta pesquisa realizou um levantamento prático de campo, no qual aplicou a fim de identificar e analisar, um questionário (sem identificação do participante) feito no *google forms*, contendo questões salariais, patrimônio, dívidas, percepção individual de nível de educação financeira pelo entrevistado e algumas questões de finanças e economia para que fosse possível fazer uma mensuração da pesquisa aplicada pelos próprios pesquisadores.

Através das respostas dos 160 participantes, com grande maioria localizada em Sergipe, especialmente na região da Grande Aracaju, obteve-se um conjunto de dados de salários, patrimônio e dívidas, assim como da percepção pessoal e da percepção do pesquisador do nível de educação financeira do participante e, através disso, a montagem de relações possivelmente causais entre o nível de educação financeira percebida e seus reflexos nos salários, patrimônio e dívidas. A amostra foi oriunda da base de contatos de WhatsApp dos pesquisadores. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2022.

Os resultados foram expostos no trabalho e analisados de forma a estratificar os dados em sexo, estado civil e grau de escolaridade para verificar suas influências no nível de educação financeira, salário, patrimônio e dívidas.

## Revisão da literatura

Propiciar a educação financeira dos indivíduos é um objetivo coletivo entre muitos países, devido ao aumento de oferta dos produtos e serviços financeiros, longevidade da população e novas tecnologias financeiras. O evento da pandemia e das guerras, serviu para reafirmar a importância em vários aspectos e dentre um deles é que a geração que está começando a

se formar vai precisar lidar com as questões econômicas e financeiras diferentes das gerações passadas (ALVES et al., 2020).

Seguindo o final dos anos 50, a liberalização financeira era um assunto em pauta. Segundo Machado (1996), as causas dessas mudanças foi o surgimento do eurodólar e dos mercados extraordinários (*offshore*), trazendo a possibilidade dos bancos fora dos Estados Unidos realizar empréstimos em dólar. Com isso os EUA começaram a planejar e pensar a longo prazo nos mercados exteriores. Arrighi e Silver (2001, p. 155) chamam essa movimentação de “incorporação da Europa Ocidental nas redes de poder dos Estados Unidos” na qual eles estavam no processo de reconstituição pós-crise de 1929 e Segunda Guerra mundial que acabou em 1944, os recursos utilizados durante esse período precisavam ser renovados e a economia precisava de um salto econômico.

Voltando para o Brasil, a economia pós-guerra, entre 1945 e 1980, tinha sido uma vitória, conseguiu grande evolução em seu PIB, mas logo após esses anos de glória veio a denominada pelos economistas “década perdida”. Esta década é vista por muitos economistas a decadência da economia brasileira, sofrendo com retrações econômicas internacionais, um Estado inflacionário e social hostil, vista que a sociedade não possuía o hábito e habilidades de planejamento financeiro e foram pegos desprevenidos (SILVA, 1992).

Neste período estava ocorrendo um grande advento no Brasil, a chegada das televisões e a criação das emissoras, Sampaio (1984) afirma que em 1956, em um período curto da chegada das transmissões televisionadas, no Brasil a audiência era de um milhão e meio de telespectadores. Em São Paulo as emissoras de televisão passaram a faturar mais em publicidade do que as estações de rádio, um período em que as transmissões de rádio possuíam uma grande importância.

A partir disso, podemos evidenciar que ocorreu a intensificação de consumo por meio da publicidade visual gerada pelas transmissões de televisão, tendo em vista que essa publicidade já era feita via rádio, mas a visualização dos produtos no conforto de casa, o *merchandising* e todo um conjunto voltado para aumentar as vendas, gerou fortes influências na sociedade.

Segundo Samara e Morsch (2005) o consumidor é influenciado por um misto de diversos fatores, colocando sua decisão de compra em desenvolvimento por meio de um processo que envolve diversas etapas contínuas e integradas.

Nota-se que a influência ao consumidor pode impactar no descontrole da sua gestão e poderá ferir sua saúde financeira. Neste mesmo sentido, AgênciaBrasil (2018) aponta que os erros que somam para o desequilíbrio da saúde financeira é a carência de planejamento de médio a longo prazo.

O consumo desenfreado pode levar ao superendividamento ou endividamento excessivo, impulsionado, entre outros fatores, pelas estratégias de marketing que promovem ofertas excessivas de serviços e produtos. Quando as pessoas não possuem educação financeira adequada, seus recursos são comprometidos por compras impulsivas e passageiras, levando ao superendividamento. A educação financeira pessoal desempenha um papel fundamental ao fornecer conscientização sobre o uso adequado dos recursos disponíveis (BRITO et al., 2012).

Além disso, a variedade de serviços bancários oferece inúmeras oportunidades de investimento, mas muitas pessoas não possuem conhecimentos básicos para tomar decisões informadas sobre as melhores opções de investimento em relação às suas necessidades. Isso

resulta na contratação equivocada ou precipitada de serviços ou produtos financeiros quando não se tem a devida educação financeira (Brito, et al., 2012).

Resta fundamentar que a saúde financeira é o resultado composto por todas decisões tomadas ao decorrer de todo processo de gerir seu patrimônio, manter a constância da saúde financeira em bom estado, estar disposto a organizar e planejar onde será gasto seus recursos e energias em oportunidades que poderão lhe trazer bons resultados. Contudo isso não significa que será conveniente sempre, ocorrerá altos e baixos durante o percurso, mas manter todo processo constante é necessário.

De acordo com o último levantamento do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), a educação brasileira ainda se encontra nas piores posições segundo o ranking de 2018 (Governo Federal, 2018). Esse estudo foi o último feito nesse sentido antes da pandemia da COVID-19. Todos os dados apontam que a reformulação na forma que os estímulos criados pela educação precisavam desta mudança é notória e as consequências são evidentes.

Para Ribeiro et al. (2021), com a ocorrência da pandemia de COVID-19, o cenário para os brasileiros tornou-se incerto e a falta de preparo para a gestão financeira pode ter contribuído para a ampliação dos efeitos do endividamento. De acordo com uma pesquisa realizada em 2019, menos da metade dos entrevistados no Brasil possuía uma reserva financeira, que é um dos princípios básicos da educação financeira. Esse fator pode ter contribuído para o aumento do índice de endividamento das famílias nos anos de 2020 e 2021. Além disso, a crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 resultou não apenas em mortes, desemprego e instabilidade econômica, mas também na falta de cuidado com o controle das finanças pessoais por parte das famílias, o que pode ter agravado ainda mais os reflexos do superendividamento nas famílias (RIBEIRO et al., 2021).

Uma pesquisa do Serviço de Proteção de Crédito (SPCBRASIL, 2018) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) 2018, em uma escala de 1 a 10, a nota média que o brasileiro atribui para o seu próprio nível de educação financeira é de apenas 6,3. Isso pode acabar criando uma falsa percepção sobre o real nível de educação financeira do indivíduo, ainda acerca da pesquisa, 45,8% da população não possui controle sobre o seu dinheiro. Esta nota demonstra o quão grande pode ser a falha da percepção brasileira sobre suas economias e recursos (SPCBRASIL, 2018).

O campo escolar precisa estar incluído no contexto das finanças, sendo orientado e instigado a assimilar os temas correlacionados, se transformando em indivíduos capazes de tomar decisões apropriadas em relação aos assuntos financeiros na vida profissional e social (SILVA; POWELL, 2013).

Segundo Leal e Melo (2008 p. 6), “A desenvoltura financeira, no Brasil, é debatida de forma limitada em cursos de nível superior como Administração, Economia, Contabilidade ou em vivências do âmbito profissional. Além destas extensões os indivíduos podem não ter oportunidades ou anseios que lhe permitam fomentar o conhecimento financeiro, mesmo este aprendizado sendo importante para a tomada de decisões e administração do orçamento”. Mesmo desempenhando academicamente ou profissionalmente nas funções financeiras, não retira a possibilidade de o indivíduo não conseguir gerenciar suas finanças. Portanto, projetos e atividades que proporcionem o contato com a Educação Financeira devem ser praticados em todos gêneros, classes sociais e faixa etárias (PIRES et al., 2013).

A analista sênior de políticas na unidade de Educação Financeira e Proteção ao Consumidor da OCDE, Chiara Monticone, durante a Conferência de Estudos Comportamentais e Educação do Investidor de 2020, apresentou os dados publicados pela PISA em 2018 referentes ao cenário da educação financeira dos jovens brasileiros (OCDE, 2004; 2018).

Apesar da melhora da pontuação em relação ao PISA de 2015, o Brasil ficou em uma das últimas colocações da pesquisa, foram avaliados os seguintes tópicos: dinheiro e transações financeiras; planejamento e manejo das finanças; risco e recompensa; aplicação e entendimento de conceitos (OCDE, 2018).

Segundo a conclusão identificada pela Raquel Banuth, Psicóloga e Mestre em Antropologia Social, durante a análise dos dados de 2018 apresentados pela OCDE na conferência é que existe uma disparidade de desempenho entre os gêneros feminino e masculino e nas classes sociais, gerada pelas condições socioeconômicas dos estudantes. Em relação a obtenção de informações sobre educação financeira, a grande maioria dos jovens aprendem em casa ou pela internet (OCDE, 2018).

## Resultados e discussão

Essa seção possui o objetivo de verificar as informações coletadas durante a pesquisa realizada para melhor compreensão fazendo inferências sobre os resultados e suas correlações. A pesquisa é constituída por 160 entrevistados, conforme descrições dispostas na Metodologia.

No afã de fazer potenciais inferências e correlações a respeito da influência de características como o sexo, o estado civil e o grau de escolaridade para verificar suas influências no nível de educação financeira e mais especificamente, no atual salário, patrimônio e dividas, seguem suposições.

### *Amostra das 77 mulheres*

**Tabela 01** – Salário das mulheres.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	59,74%
Entre 1.501 e 3.000 mil	19,48%
Entre 3.001 e 5.000 mil	5,19%
Entre 5.001 e 8.000 mil	6,49%
Entre 8.001 e 10.000 mil	1,30%
Entre 10.001 e 15.000 mil	5,19%
Entre 15.001 e 20.000 mil	2,60%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 02** – Patrimônio das mulheres

<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Entre 0 e 5.000,00 mil	51,95%
Entre 5.000 e 15.000 mil	5,19%
Entre 15.001 e 35.000 mil	7,79%
Entre 35.001 e 70.000 mil	3,90%
Entre 70.001 e 140.000 mil	10,39%
Entre 140.001 e 240.000 mil	9,09%
Entre 240.001 e 350.000 mil	5,19%
Entre 350.001 e 450.000 mil	1,30%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	2,60%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	2,60%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 03** – Dívidas das mulheres

<b>DÍVIDAS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Entre 0 e 5.000,00 mil	79,22%
Entre 5.000 e 15.000 mil	12,99%
Entre 15.001 e 35.000 mil	1,30%
Entre 35.001 e 70.000 mil	1,30%
Entre 70.001 e 140.000 mil	3,90%
Entre 140.001 e 240.000 mil	1,30%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 79,22% das mulheres ganham até R\$3.000,00; 57,14% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 92,21% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 15,58% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Também é possível notar que parcela significativa – 19,48% – das mulheres possui patrimônio entre R\$70.000,00 e R\$240.000,00

*Amostra dos 88 homens*

**Tabela 04** – Salário dos homens

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	49,40%
Entre 1.501 e 3.000 mil	21,69%
Entre 3.001 e 5.000 mil	4,82%
Entre 5.001 e 8.000 mil	7,23%
Entre 8.001 e 10.000 mil	7,23%
Entre 10.001 e 15.000 mil	1,20%
Entre 15.001 e 20.000 mil	4,82%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 05** – Patrimônio dos homens

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	40,96%
Entre 5.000 e 15.000 mil	9,64%
Entre 15.001 e 35.000 mil	7,23%
Entre 35.001 e 70.000 mil	8,43%
Entre 70.001 e 140.000 mil	9,64%
Entre 140.001 e 240.000 mil	10,84%
Entre 240.001 e 350.000 mil	1,20%
Entre 350.001 e 450.000 mil	3,61%
Entre 450.001 e 550.000 mil	3,61%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	2,41%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	1,20%
950.0001 mil +	1,20%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 06** – Dívida dos homens

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	77,11%
Entre 5.000 e 15.000 mil	6,02%
Entre 15.001 e 35.000 mil	3,61%
Entre 35.001 e 70.000 mil	9,64%
Entre 70.001 e 140.000 mil	2,41%
Entre 140.001 e 240.000 mil	1,20%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%

Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 71,08% dos homens ganham até R\$3.000,00; 50,60% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 83,13% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 20,48% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00. Também é possível notar que parcela significativa – 20,48% – dos homens possui patrimônio entre R\$70.000,00 e R\$240.000,00

Analisando as tabelas, podemos observar que 50,60% dos homens possuem um patrimônio de até R\$15.000,00, enquanto 83,13% possuem dívidas nessa faixa de valor.

Esses números destacam uma discrepância entre o patrimônio e as dívidas dos homens, sugerindo que uma parcela considerável deles enfrenta um desafio financeiro significativo. Ao mesmo tempo, 20,48% dos homens possuem patrimônio entre R\$70.000,00 e R\$240.000,00, indicando uma minoria com um patrimônio mais substancial. Em relação às dívidas, 71,08% dos homens têm dívidas de até R\$3.000,00, enquanto apenas 20,48% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Em comparação com as mulheres (tabela 1,23 Mulheres), pode-se dizer que em termos de dívida, as mulheres levemente as possuem em menor valor que os homens, todavia em termos patrimoniais e de salário, os homens possuem um valor médio maior que o das mulheres, visto que a sociedade denomina o modelo patriarcal e ainda é notório a discrepância entre os salários e cargos ofertados entre homens e mulheres.

Esse resultado pode ser reforçado pelo modelo patriarcal da sociedade, que historicamente tem sido apontado como um fator que contribui para a disparidade de salários e oportunidades entre homens e mulheres. Mas também é possível que outros fatores também influenciem esses resultados. Aspectos como diferenças na escolha de carreira, acesso a oportunidades de emprego e investimentos financeiros podem estar entre os determinantes dessas discrepâncias.

### *Solteiros (independente do gênero)*

**Tabela 07** – Salário dos solteiros

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	68,47%
Entre 1.501 e 3.000 mil	18,92%
Entre 3.001 e 5.000 mil	2,70%
Entre 5.001 e 8.000 mil	2,70%
Entre 8.001 e 10.000 mil	2,70%
Entre 10.001 e 15.000 mil	2,70%
Entre 15.001 e 20.000 mil	1,80%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 08** – Patrimônio dos solteiros

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	59,46%
Entre 5.000 e 15.000 mil	7,21%
Entre 15.001 e 35.000 mil	6,31%
Entre 35.001 e 70.000 mil	6,31%
Entre 70.001 e 140.000 mil	8,11%
Entre 140.001 e 240.000 mil	6,31%
Entre 240.001 e 350.000 mil	2,70%
Entre 350.001 e 450.000 mil	1,80%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,90%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,90%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 09** – Dívidas dos solteiros

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	87,39%
Entre 5.000 e 15.000 mil	7,21%
Entre 15.001 e 35.000 mil	0,00%
Entre 35.001 e 70.000 mil	2,70%
Entre 70.001 e 140.000 mil	1,80%
Entre 140.001 e 240.000 mil	0,90%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 87,39% dos solteiros ganham até R\$3.000,00; 66,67% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 94,59% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 9,91% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Nota-se que a maioria considerável dos solteiros está concentrada nos estratos de salários, patrimônio e dívidas baixos.

*Casado (independente do gênero)***Tabela 10** – Salário dos casados.

<b>SALÁRIO</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Entre 0 e 1.500 mil	22,73%
Entre 1.501 e 3.000 mil	22,73%
Entre 3.001 e 5.000 mil	11,36%
Entre 5.001 e 8.000 mil	13,64%
Entre 8.001 e 10.000 mil	9,09%
Entre 10.001 e 15.000 mil	4,55%
Entre 15.001 e 20.000 mil	9,09%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 11** – Patrimônio dos casados.

<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Entre 0 e 5.000,00 mil	11,36%
Entre 5.000 e 15.000 mil	9,09%
Entre 15.001 e 35.000 mil	9,09%
Entre 35.001 e 70.000 mil	6,82%
Entre 70.001 e 140.000 mil	15,91%
Entre 140.001 e 240.000 mil	18,18%
Entre 240.001 e 350.000 mil	4,55%
Entre 350.001 e 450.000 mil	4,55%
Entre 450.001 e 550.000 mil	6,82%
Entre 550.001 e 650.000 mil	2,27%
Entre 650.001 e 750.000 mil	4,55%
Entre 750.001 e 850.000 mil	2,27%
Entre 850.001 e 950.000 mil	2,27%
950.0001 mil +	2,27%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 12** – Dívidas dos casados.

<b>DÍVIDAS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Entre 0 e 5.000,00 mil	59,09%
Entre 5.000 e 15.000 mil	11,36%
Entre 15.001 e 35.000 mil	6,82%
Entre 35.001 e 70.000 mil	13,64%
Entre 70.001 e 140.000 mil	6,82%
Entre 140.001 e 240.000 mil	2,27%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%

Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 45,45% dos casados ganham até R\$3.000,00; 20,45% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 70,45% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 36,36% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Percebe-se, portanto, que os casados conseguem estar num nível mais alto de renda que os solteiros, assim como também possuir patrimônio maiores. Isso pode ser uma correlação e não necessariamente uma causalidade, uma vez que as pessoas tendem a casar quando estão mais velhas e, portanto, são mais experientes e produtivas no seu trabalho e também tiveram mais tempo de acumular maiores patrimônios

Entretanto, os casados também estão com maiores dívidas que os solteiros. Isso pode se dever ao fato de que ante o casamento se faz financiamentos de imóveis e/ou veículos.

### *Ensino Médio*

**Tabela 13** – Salário dos que possuem ensino médio.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	63,16%
Entre 1.501 e 3.000 mil	31,58%
Entre 3.001 e 5.000 mil	5,26%
Entre 5.001 e 8.000 mil	0,00%
Entre 8.001 e 10.000 mil	0,00%
Entre 10.001 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 20.000 mil	0,00%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 14** – Patrimônio dos que possuem ensino médio.

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	47,37%
Entre 5.000 e 15.000 mil	10,53%
Entre 15.001 e 35.000 mil	5,26%
Entre 35.001 e 70.000 mil	10,53%
Entre 70.001 e 140.000 mil	10,53%
Entre 140.001 e 240.000 mil	15,79%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%

Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 15** – Dívida dos que possuem ensino médio.

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	89,47%
Entre 5.000 e 15.000 mil	5,26%
Entre 15.001 e 35.000 mil	0,00%
Entre 35.001 e 70.000 mil	5,26%
Entre 70.001 e 140.000 mil	0,00%
Entre 140.001 e 240.000 mil	0,00%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 94,74% dos que possuem somente ensino médio ganham até R\$3.000,00; 57,89% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 94,74% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 0,00%, isto é, nenhum dos que responderam ao questionário tinha salários maiores que R\$5.000,00.

Assim, as pessoas com escolaridade somente de ensino médio tendem a estar alinhados com características de baixos salários aliados a baixas dívidas também, embora estrato considerável consiga ter patrimônio entre R\$35.000,00e R\$240.000,00.

Podemos concluir, portanto, que as pessoas com ensino médio tendem a ter salários baixos e dívidas menores, o que sugere que elas podem estar enfrentando desafios financeiros. No entanto, uma parcela considerável dessas pessoas consegue acumular algum patrimônio, embora em valores mais modestos. Esses resultados destacam a importância da educação e do desenvolvimento profissional para melhorar as perspectivas financeiras e a qualidade de vida das pessoas com ensino médio.

*Ensino Superior Incompleto*

**Tabela 16** – Salário dos que possuem ensino superior incompleto.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	82,35%
Entre 1.501 e 3.000 mil	11,76%
Entre 3.001 e 5.000 mil	0,00%
Entre 5.001 e 8.000 mil	2,94%
Entre 8.001 e 10.000 mil	0,00%
Entre 10.001 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 20.000 mil	2,94%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 17** – Patrimônio dos que possuem ensino superior incompleto.

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	85,29%
Entre 5.000 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 35.000 mil	5,88%
Entre 35.001 e 70.000 mil	0,00%
Entre 70.001 e 140.000 mil	2,94%
Entre 140.001 e 240.000 mil	2,94%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	2,94%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 18** – Dívidas dos que possuem ensino superior incompleto.

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	88,24%
Entre 5.000 e 15.000 mil	2,94%
Entre 15.001 e 35.000 mil	2,94%
Entre 35.001 e 70.000 mil	2,94%
Entre 70.001 e 140.000 mil	0,00%
Entre 140.001 e 240.000 mil	2,94%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%

Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 94,12% dos que possuem ensino superior incompleto ganham até R\$3.000,00; 85,29% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 91,18% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 5,88% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Pessoas com o nível superior incompleto, nessa pesquisa, tendem a ter baixíssimos salários, inclusive em médias menores do que os que possuem somente nível médio, aliado a pouco patrimônio e poucas dívidas. Estima-se que as pessoas que se enquadram aqui são estudantes assalariados ou não, que ainda possivelmente moram com a família ou divide imóvel, tendo pouco patrimônio e também pouca dívida.

### *Ensino Superior Completo*

**Tabela 19** – Salário dos que possuem ensino superior completo.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	21,05%
Entre 1.501 e 3.000 mil	52,63%
Entre 3.001 e 5.000 mil	5,26%
Entre 5.001 e 8.000 mil	10,53%
Entre 8.001 e 10.000 mil	5,26%
Entre 10.001 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 20.000 mil	5,26%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 20** – Patrimônio dos que possuem ensino superior completo.

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	31,58%
Entre 5.000 e 15.000 mil	10,53%
Entre 15.001 e 35.000 mil	10,53%
Entre 35.001 e 70.000 mil	5,26%
Entre 70.001 e 140.000 mil	21,05%
Entre 140.001 e 240.000 mil	10,53%
Entre 240.001 e 350.000 mil	10,53%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%

Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 21** – Dívida dos que possuem ensino superior completo.

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	78,95%
Entre 5.000 e 15.000 mil	15,79%
Entre 15.001 e 35.000 mil	0,00%
Entre 35.001 e 70.000 mil	5,26%
Entre 70.001 e 140.000 mil	0,00%
Entre 140.001 e 240.000 mil	0,00%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 73,68% dos que possuem ensino superior completo ganham até R\$ 3.000,00; 42,11% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 94,74% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 21,05% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00.

Para os que possuem nível superior completo, portanto, nota-se que tem níveis salariais mais elevados, sendo ainda que 5,26% conseguem ter salários entre R\$8.000,00 e R\$10.000,00; e outros 5,26% ganham entre R\$15.000,00 e R\$20.000,00. Ainda, há um estrato considerável, de 42,11%, que possui patrimônio entre R\$70.000,00 e R\$350.000,00.

### *Pós-graduação Lato Sensu*

**Tabela 22** – Salário dos que possuem pós-graduação.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	16,67%
Entre 1.501 e 3.000 mil	16,67%
Entre 3.001 e 5.000 mil	0,00%
Entre 5.001 e 8.000 mil	25,00%
Entre 8.001 e 10.000 mil	16,67%
Entre 10.001 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 20.000 mil	16,67%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 23** – Patrimônio dos que possuem pós-graduação.

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	16,67%
Entre 5.000 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 35.000 mil	8,33%
Entre 35.001 e 70.000 mil	16,67%
Entre 70.001 e 140.000 mil	8,33%
Entre 140.001 e 240.000 mil	8,33%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	8,33%
Entre 450.001 e 550.000 mil	16,67%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	8,33%
Entre 750.001 e 850.000 mil	8,33%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 24** – Dívidas dos que possuem pós-graduação.

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	66,67%
Entre 5.000 e 15.000 mil	16,67%
Entre 15.001 e 35.000 mil	0,00%
Entre 35.001 e 70.000 mil	8,33%
Entre 70.001 e 140.000 mil	8,33%
Entre 140.001 e 240.000 mil	0,00%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 33,33% dos que possuem pós-graduação (lato sensu) ganham até R\$3.000,00; 16,67% têm patrimônio de até R\$15.000,00; 83,33% têm dívidas de até R\$15.000,00; e 58,33% conseguem ter salários maiores que R\$5.000,00. Estes, portanto, conseguem ter salários maiores que os que possuem somente nível superior completo, que sugere a importância da formação continuada.

A similaridade na quantidade de valor devido entre indivíduos com pós-graduação, independentemente do nível de escolaridade e patrimônio, pode ser explicada por diversos fatores. A obtenção de um diploma de pós-graduação não garante necessariamente um aumento significativo de renda ou a acumulação de patrimônio, pois a situação financeira pessoal está

sujeita a hábitos de consumo, planejamento financeiro e outros fatores individuais. Portanto, é importante considerar que a formação continuada não é suficiente para garantir uma situação financeira favorável, sendo essencial adotar uma abordagem consciente em relação ao gerenciamento financeiro pessoal, independentemente do nível de escolaridade ou patrimônio acumulado.

*Mestrado e/ou Doutorado*

**Tabela 25** – Salário dos que possuem diploma de mestrado e/ou doutorado.

SALÁRIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 1.500 mil	18,18%
Entre 1.501 e 3.000 mil	9,09%
Entre 3.001 e 5.000 mil	0,00%
Entre 5.001 e 8.000 mil	0,00%
Entre 8.001 e 10.000 mil	27,27%
Entre 10.001 e 15.000 mil	18,18%
Entre 15.001 e 20.000 mil	9,09%
20.001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 26** – Patrimônio dos que possuem diploma de mestrado e/ou doutorado.

PATRIMÔNIO	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	0,00%
Entre 5.000 e 15.000 mil	9,09%
Entre 15.001 e 35.000 mil	0,00%
Entre 35.001 e 70.000 mil	0,00%
Entre 70.001 e 140.000 mil	18,18%
Entre 140.001 e 240.000 mil	9,09%
Entre 240.001 e 350.000 mil	18,18%
Entre 350.001 e 450.000 mil	9,09%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	9,09%
Entre 650.001 e 750.000 mil	9,09%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	9,09%
950.0001 mil +	9,09%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela 27** – Dívidas dos que possuem diploma de mestrado e/ou doutorado.

DÍVIDAS	PORCENTAGEM
Entre 0 e 5.000,00 mil	63,64%
Entre 5.000 e 15.000 mil	0,00%
Entre 15.001 e 35.000 mil	9,09%
Entre 35.001 e 70.000 mil	9,09%
Entre 70.001 e 140.000 mil	18,18%
Entre 140.001 e 240.000 mil	0,00%
Entre 240.001 e 350.000 mil	0,00%
Entre 350.001 e 450.000 mil	0,00%
Entre 450.001 e 550.000 mil	0,00%
Entre 550.001 e 650.000 mil	0,00%
Entre 650.001 e 750.000 mil	0,00%
Entre 750.001 e 850.000 mil	0,00%
Entre 850.001 e 950.000 mil	0,00%
950.0001 mil +	0,00%

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que 27,27% dos que possuem mestrado e/ou doutorado ganham até R\$3.000,00; 9,09% têm patrimônio de até R\$15.000,00, enquanto 27,27% tem patrimônio entre R\$8.000,00 e R\$15.000,00 e 18,18% entre R\$10.000,00 e R\$ 20 mil; 63,64% têm dívidas de até R\$ 15 mil; e 54,55% conseguem ter salários maiores que R\$ 5 mil.

### Considerações finais

Este trabalho buscou, como objetivo geral, observar os reflexos da educação financeira nas finanças pessoais e nos salários. Com isso, a pesquisa uniu conceitos de artigos, sites e livros de vários autores e profissionais da área com a intenção de demonstrar e facilitar os conceitos a serem difundidos.

Além da teoria exposta, buscou-se a realização de um questionário para entender e correlacionar a situação financeira e econômica dos respondentes, afim de comparar e entender hábitos e consequências que a educação financeira provocou em relação a patrimônio, planejamento financeiro, salário e conhecimento sobre as áreas de economia e finanças. Com a análise dos resultados foi possível evidenciar o quão valioso poder ser a influência da educação financeira em todos estágios da vida pessoal e profissional.

Com base nos dados levantados, podemos observar resultados concretos em relação à distribuição salarial. Primeiro, há uma significativa disparidade salarial entre homens e mulheres, com as mulheres apresentando uma proporção maior de salários mais baixos e uma menor proporção de salários mais altos em comparação com os homens. Segundo o estado civil também influencia a remuneração, com os solteiros tendo uma probabilidade maior de receberem salários mais baixos. Terceiro, o nível educacional está correlacionado positivamente com a remuneração, com aqueles com nível superior completo tendo uma maior probabilidade de receberem salários mais altos. Quarto, a idade desempenha um papel na distribuição salarial, com a proporção de pessoas com salários mais altos aumentando à medida que a idade avança. Por fim, a distribuição

salarial varia entre os setores de trabalho, com setores como o financeiro ou de tecnologia oferecendo salários mais altos em comparação com setores como serviços ou agricultura. Esses resultados destacam a necessidade de abordar as disparidades salariais e promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Por fim, pretende-se ampliar essa pesquisa no futuro, fazendo potenciais correlações e inferências a respeito dos demais dados da pesquisa que não foram realizadas nesse trabalho.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa revela que 58% dos brasileiros não se dedicam às próprias finanças**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-revela-que-58-dos-brasileiros-nao-se-dedicam-proprias-financas>. Acesso em 22 maio, 2022.

ALVES, L. O.; RODRIGUES, F. G. D. S.; COSTA FILHO, H. O.; MACIEL, E. T. P.; DE ALMEIDA, M. D. G. N. A importância da educação financeira e do orçamento familiar frente à pandemia do COVID-19. In **Anais do USP International Conference in Accounting**, 2020.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: contraponto; editora ufrj, 2001.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da educação básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, df, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, acessado: 24 maio, 2022;

BRITO, L. S.; BAPTISTA, J. A.; SILVA, S. R.; BRAZ, S.; HENRIQUE, M. R. A importância da educação financeira nos contextos acadêmicos e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. **Anais do IX SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012, p. 1-13.

CARRARO, W. B. W. H.; RODRIGUES, M. D.; ALLGAIER, J. F. Educação financeira em tempos de Covid-19. **Revista da Extensão**, Porto Alegre, p. 58-65, 2022.

OCDE – **Better policies for better lives**. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.html>. Acesso em 17 maio, 2022;

OCDE - **Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades**. 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acesso em 17 maio, 2022.

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Revista educação & sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 70, abr. 2000

LEAL, D. T.; MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. **Anais SEMEAD**. 2008. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/42.pdf>. Acesso em 17 maio, 2022.

- MACHADO, I. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: Uma simbiose? In: castro, i.e.; gomes, P.C.C.; Corrêa, R.L. (org.). **Brasil** - questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P.15-64.
- MCLEAN, P. A.; JONES, D.G. B.; MEAD, E. S. Um pioneiro em educação financeira. **European business review**, v. 19, n. 2, p. 118-128, 2007;
- MEDEIROS, G. L. B.; MEDEIROS, L. N. P. Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto à sociedade e a possibilidade de reversão / Lack of financial education in Brazil: The impact on society and the possibility of reversing. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 101408-101417, 2021.
- MITCHELL, O. S.; LUSARDI, A. Financial Literacy and Financial Behavior at Older Ages. **GFLEC Working Paper Series**, WP 2021-3. Washington, DC, EUA. Julho de 2021.
- PIRES, D.; LIMA, O.; DALONGARO, R.; SAMPAIO, P.; SILVEIRA, J. Educação financeira como estratégia para inclusão de jovens na Bolsa de Valores. **Tourism & Management Studies**, vol. 3, 2013, pp. 720-730.
- PIRES, V. **Finanças pessoais**: Fundamentos e dicas. Piracicaba – SP: Editora Equilíbrio, 2006.
- PORTAL G1. **Entenda porque é importante falar de educação financeira no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/papo-reto/noticia/2019/08/22/entenda-por-que-e-importante-falar-de-educacao-financeira-no-brasil.ghtml>. Acesso em 02 de junho de 2023.
- RIBEIRO, Q. D. M.; SOUZA, M. C. de; VIEIRA, N. dos S.; MOTA, R. C. L. Financial education as a public policy in Brazil and its potential impacts on the family budget. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e43310918213, 2021.
- SAITO, A.T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, I. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da organização de cooperação e desenvolvimento econômico – OCDE. **Anais IX Semead**. Administração no contexto internacional. Seminários em administração FEA-USP, 2006;
- SAMARA, B. S.; MORSCH, M. A. **Comportamento do consumidor**: conceitos e casos. São Paulo: Pearson, 2005. XVII, 267 p.
- SAMPAIO, M. F. **História do rádio e da televisão no brasil e no mundo**. Edição. Rio de Janeiro: ed. Achiamé, 1984.
- SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: encontro nacional de educação matemática, 11., Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba: editora PUC-PR, 2013.
- SILVA, L. C. E. (coord.). O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. Texto para Discussão nº 274. Brasília, **IPEA**, agosto de 1992.
- SILVEIRA, A. F.; FERREIRA, R. do N.; ALMEIDA, M. S. de. Período acadêmico, nível de consumo, planejamento financeiro: como está a educação financeira dos alunos de graduação

na Universidade de São João Del-Rei? **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 2, p. 126-140, jul. 2020.

SOARES, C. F. A adaptação dos bancos múltiplos ao mercado fomentado pelas fintechs. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Administração de Empresas) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, 2020.

SPCBRAZIL - **46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil**. 2020. Disponível em: [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/release\\_educacao\\_financeira\\_v7.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf). Acesso em: 17 abril, 2022.